

Otávio Tirso de Andrade

Ao empossar-se na Fazenda o Sr Dilson Funaro, escrevi nestas páginas: "O discurso inaugural do Ministro deixou-nos muito interessados, curiosos, mesmo, em ver como encontrará meios de combater a inflação e, ao mesmo tempo, fomentar o desenvolvimento". Agora, vemos não os ter encontrado. A inflação vai em marcha batida para números até então desconhecidos.

Ao iniciar-se a fase civil do Movimento de 64, havia desemprego e alta de preços. O Sr Francisco Dornelles tentou pôr em prática a política antiinflacionária de emergência concertada com o seu falecido tio. Mandaram-no embora. Ao aproximar-se a eleição municipal que teve lugar de Norte a Sul, o Governo partiu para o aquecimento da economia, movido por considerações eleitoreiras. Os estrategistas políticos brasilienses colimaram, para a hora do pleito, desemprego declinante e inflação um tanto ou quanto controlada. O primeiro objetivo foi alcançado à custa do malogro total na consecução do segundo. No entanto o Sr Presidente da República anda muito satisfeito com o que vai por aí... A recessão acabou, tem-nos dito ele. Não atenta o Sr Sarney que estamos a viver sob o pifio expediente denominado pelos economistas anglo-saxões de *stop and go*, um paliativo totalmente inócuo nas crises graves. Ao *go* imprimido aos negócios, atabalhoadamente, sucederá o inevitável *stop* cujos prenúncios estão por aí...

O Governo e os partidos que o apóiam — não seria melhor denominá-los "bandos precatórios"? — não vêem que um novo estágio inflacionário está a incrustar-se no anterior, suscitando o alvorecer de expectativas inflacionárias adicionais, irreprimíveis. A correção monetária acrescenta, por sua vez, mais combustível à fogueira. Ao procrastinar timoratamente o termo da indexação generalizada, o Governo deixa que se ampliem, sobre o futuro, as projeções da inflação presente. O equilíbrio orçamentário é impossível na vigência da correção monetária, tem dito e repetido, com a singela clareza que lhe é peculiar, o ilustre professor Octávio de Bulhões. Também é impossível e até subversivo tentar alcançá-lo com a exacerbada tributária sobre o setor privado, permitimo-nos acrescentar.

A caminho do regime estatizado-populista

13 JAN 1986

JORNAL DO BRASIL

A persistir o Governo na atual política econômica e financeira ou, melhor, na falta dela, a espiral inflacionária registrará percentuais sempre superiores aos dos estágios precedentes. Assim irá acontecendo até a deflação impor-se de uma hora para a outra, por razões de ordem pública.

Neste limiar de 86, lamento não compartilhar o robusto otimismo do Sr Presidente. O que vejo em torno? A inflação acelerada e o Governo a programar investimentos estatais ainda maiores do que os do ano passado.

No pequeno território em que ainda medra a iniciativa privada, não podem brotar todos os recursos para manter a imensa e esclerosada máquina administrativa e o meio milhar de empresas estatais que temos aqui. Há umas poucas a trabalhar com decência, bem o sabemos. Contam-nas pelos dedos, infelizmente. A Vale do Rio Doce, a Embraer, algumas outras, talvez. Mas o grosso delas é algo similar a uma cataplasma a sufocar a economia. Através de acréscimo de tarifas e preços, extorquem trilhões de cruzeiros ao povo, cujos representantes, em sua maior parte, não só abstêm-se de controlá-las como, após eleitos, logo a elas se associam na exação violenta e atualmente intolerável.

Na hora em que se aproxima a convocação da Constituinte, é preciso a opinião pública compreender que as estatais são, no Brasil, em particular, e no Terceiro Mundo, em geral, entidades onde a tecnoestrutura burocrática amanceba-se com homens de negócios estrangeiros e nacionais para construir uma cleptocracia ávida, arrogante, corruptível e corruptora, indiferente à sorte do povo, alerta, agressiva, disposta a tudo, enfim, para preservar as Bastiolas de privilégios conquistadas. Não há como conter a inflação sem atacá-las com pertinácia. Ao deixar de fazê-lo, ao considerar "sagrada" uma das estatais ou ao dar a outra o status "intocável", os civis levados ao Poder nesta segunda fase do Movimento de 64 malogram na primordial tarefa que lhes toca: o combate à inflação.

Notem que não estou a fazer uma afirmação do ideário monetarista. Os socialistas patriotas, inteligentes e limpos são da mesma opinião. Em recente programa pela televisão, em Paris, o Presidente Mitterrand declarou ser objetivo máximo de seu governo, atualmente, a luta antiinflacionária. São suas palavras: "O bê-a-bá (da ação administrativa)

obriga todo governo responsável a combater — primeiro a inflação, mesmo se o combate for muito caro, ainda que seja duro" (Le Monde, 17/12). Note-se que o Presidente da República Francesa enfrentará, dentro de pouco tempo, uma eleição em que estará em jogo até o seu próprio cargo! Mas não ficou nas palavras o Presidente da França. Levando em conta que estão em baixa os preços do petróleo e atendendo a repetidos conselhos de seu Ministro de Finanças (o Sr Berogovoy) eliminou temporariamente o monopólio de importação de petróleo, instituído por uma lei de 1928. Agora e até dezembro de 1986, pelo menos, os atacadistas e distribuidores independentes poderão importar produtos petrolíferos sem quaisquer restrições quanto a volume e a procedência. A medida foi "un mauvais coup pour les raffineurs français", como escreveu Le Monde de 7/12. Mas resultou altamente benéfica para o povo que, imediatamente, começou a pagar menores preços pelos carburantes. Não houve, na França, político de qualquer partido a opor-se à medida em nome do "petróleo é nosso" ou capaz de afirmar que "nossas refinarias são intocáveis". A diferença entre o comportamento dos políticos franceses e os brasileiros, nessas questões, tem uma explicação muito simples: na França não há analfabetos!

Estamos no limiar do ano em que se farão sentir os efeitos da seca que destrói, há sete meses, a melhor e mais rica área agrícola do país. A lavoura, exaurida por muitas décadas de política agrícola predatória — por que não acabam com essa inutilidade onerosa, pomposa e ridícula, o Ministério da Agricultura? Por que não regionalizam e descentralizam os seus serviços? — a pobre lavoura, repetimos, também atacada pela malta marxizada das comunidades eclesiás de base, não poderá abastecer o mercado interno e concorrer para o acréscimo das exportações. A propósito: onde vai o Sr José Sarney encontrar leite para doar às crianças? Oito milhões de toneladas de produtos agrícolas perderam-se irremediavelmente. A fome endémica poderá tornar-se epidêmica, para glória e gáudio dos demagogos urbanos. Há necessidade de importar gêneros em valor aproximado a dois bilhões de dólares, a fim de que a raça de pigmeus, cujo surgimento os médicos já assinalam no Nordeste, não se propague por todo o país.

Neste contexto, como se porta a maior e mais predatória das estatais? Anuncia que investirá um bilhão de dólares em pesquisas petrolíferas! A fome do povo brasileiro não preocupa a Petrobrás; tampouco a enorme dívida externa — da qual ela foi a causadora principal. Tal como as suas irmãs apátridas, a Petrobrás age em função de seus próprios interesses. Aliás, é natural que assim seja. O que não se admite é o Governo submeter a Nação aos desígnios de uma companhia, seja ela estatal, multinacional ou não.

Fosse o Governo civil do Movimento de 64 independente do estatismo — não é — proibiria os anunciamos investimentos, além do mais inoportuno. Não é só por não dispor o país da imensa quantia. O petróleo acha-se em crise de superprodução. O preço do barril poderá cair, ainda este ano, até a 15 ou 20 dólares! (Ver artigo "Uno choc pétrolier à l'envers", de Alain Vernholer. Le Monde, 18/12.)

A luta antiinflacionária só tornar-se-á eficaz quando todos pudermos nos beneficiar com a queda de preços dos produtos petrolíferos. A política energética tem que ser revista diante de nova realidade. A Petrobrás é uma companhia como outra qualquer. Não pode ser intocável quando estão em jogo os interesses do povo brasileiro. A baixa dos produtos petrolíferos terá efeitos benéficos imediatos para os consumidores. A seguir, veremos a economia revitalizar-se substantivamente com a redução dos custos indiretos.

Não se pode dar crédito à política antiinflacionária exercida unicamente através da elevação de impostos sobre os cidadãos e as empresas particulares, enquanto as estatais programam aumentos de preços e tarifas para continuar investimentos desnecessários ou insuportáveis no momento. A campanha contra supostos especuladores, os tabelaméntos de gêneros tornados escassos pela seca, a cruzada farisaica empreendida pelas autoridades visando comerciantes e industriais "infiéis", toda essa agitação demagógica é uma irrisão diante da opulência impune do estatismo.

Ao vermos, pelos fatos relatados, que o Governo persevera na defesa do estatismo, não podemos ser otimistas em janeiro de 86. Que assumam tal atitude os desatentos ou os bajuladores.

Otávio Tirso de Andrade é jornalista